

Extirpar uma cabeça do monstro

José Antônio Severo

O ministro Ma ilson Ferreira da Nóbrega tem dito, nos últimos dias, que seria inócuo um novo choque na economia, mas que um choque político poderia melhorar a credibilidade. Leia-se: dar uma meia volta nas expectativas e deter o falatório sobre a hiperinflação e outras tragédias preconizadas.

A questão da governabilidade provoca um dilema: qual das duas cabeças do monstro será cortada? O presidencialismo mitigado da Constituição de 1988 gerou um regime de irresponsabilidades, ao invés das esperadas virtudes da divisão de atribuições. O Executivo manda mas não decide e o Parlamento não decide porque não manda. A possibilidade de o eleitorado escolher um presidente de reduzidas bases partidárias começa a assustar.

A sugestão de antecipar-se o plebiscito, proposto para 1993, seria uma forma de abreviar o impasse que se forma no horizonte. O alerta do ex-presidente Jânio Quadros coloca em xeque a suposição de que um chefe de governo eleito por maioria absoluta teria plena legitimidade. Disse Jânio que 6 milhões de votos não lhe bastaram e que governar com o povo na praça não é factível. O presidente necessita de uma forte base parlamentar.



A antecipação da consulta ao povo para decidir entre presidencialismo e parlamentarismo (e a monarquia?) não é, contudo, tão simples. Vencendo o presidencialismo, seria necessária uma profunda adaptação constitucional para suprimir poderes das câmaras, devolvendo-os ao Palácio do Planalto. Se a maioria votar pelo regime de gabinete, a solução não seria mais simples, pois estariam implícitas a imediata dissolução da Câmara de Deputados (o Senado Federal não precisaria ser tocado) e a convocação de eleições parlamentares em trinta dias.

Ao novo presidente é possível que a mudança do regime não faça grande diferença, porque ao assumir, emparedado pela Constituição, terá as mesmas dificuldades para governar que o presidente José Sarney já enfrenta com o atual Congresso. Tanto que todos argumentam que a primeira missão política do eleito será jogar todo o seu poder de fogo nas eleições parlamentares de novembro de 1990 para criar as condições de governabilidade. Voltamos, então, ao mesmo ponto.

Afinal, se todos os candidatos viáveis são chefes de partidos, o primeiro-ministro seria um companheiro a governar com o seu líder. É preciso escolher qual das cabeças do monstrengão será extirpada.

José Antônio Severo é diretor deste jornal.